



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Relatório da Administração	7
Balanco patrimonial	9
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	15
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	16
3 Resumo das principais práticas contábeis	17
4 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	19
5 Contas a receber	20
6 Impostos a recuperar	20
7 Contas a pagar	21
8 Patrimônio líquido	21
9 Receita líquida de prestação de serviços	22
10 Despesas gerais e administrativas	22
11 Resultado financeiro	22
12 Ações judiciais	23
13 Partes relacionadas	23
14 Remuneração do pessoal-chave da Administração	23
15 Benefícios aos empregados	24
16 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros	24
17 Análise de sensibilidade	25
18 Demonstrações financeiras - fiduciário	25
19 Cobertura de seguros (Não auditado)	26

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Gaia Impacto Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis do agronegócio

Porque é um PAA

A Companhia mantém registrado direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis do agronegócio em conexão às suas obrigações.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, entre outros:

- (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros e a avaliação do desenho das atividades de controle;
- (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização;
- (iii) recálculo das comissões.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.mazars.com.br

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:

823E6D3FC28C4F6...

Douglas Souza de Oliveira
Sócio
Contador CRC 1SP191325/O-0

Relatório da Administração

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. (“Companhia”)

Fundada em janeiro do ano de 2012, a GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. (“Companhia”) está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”).

Seus preceitos, originários da Gaia Securitizadora S.A. (“GaiaSec”), a primeira companhia do Grupo Gaia, são muito bem definidos: qualidade superior, custo menor, agilidade, conhecimento técnico, transparência, independência e inovação.

Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio.

Até o período de 31 de dezembro de 2021 foram emitidos R\$ 73.015 (setenta e três milhões e quinze mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED], residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED], residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 ("Companhia"), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.**Balço patrimonial****Em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Aplicações financeiras	4	162	47	Impostos a recolher		1	1
Contas a receber	5	78	70	Contas a pagar	7	65	3
Impostos a recuperar	6	48	45	Partes relacionadas.	13	290	198
		288	162			356	202
				Patrimônio líquido	8		
				Capital Social		1.190	890
				Prejuízos acumulados		(1.258)	(930)
						(68)	(40)
Total do ativo		288	162	Total do passivo e patrimônio líquido		288	162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida de prestação de serviços	9	<u>37</u>	<u>-</u>
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(369)	(318)
Outras receitas operacionais		<u>6</u>	<u>-</u>
Resultado bruto		<u>(363)</u>	<u>(318)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(326)</u>	<u>(318)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	9	27
Despesas financeiras	11	<u>(11)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(2)</u>	<u>25</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(328)</u>	<u>(293)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(328)</u>	<u>(293)</u>
Média ponderada das ações no fim do exercício		<u>1.190.148</u>	<u>890.148</u>
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício - R\$		<u>(0,27545)</u>	<u>(0,32916)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**Demonstração dos resultados abrangentes****Exercícios findos em dezembro****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(328)	(293)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(328)</u>	<u>(293)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em dezembro****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	890	-	(637)	253
Aumento de capital	300	(300)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(293)	(293)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.190	(300)	(930)	(40)
Integralização de capital		300	-	300
Prejuízo do exercício	-	-	(328)	(328)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.190	-	(1.258)	(68)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(328)</u>	<u>(293)</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(115)	494
Contas a receber	(8)	11
Impostos a recuperar	(3)	(5)
Impostos a recolher	-	(33)
Contas a pagar	62	(318)
Partes relacionadas	<u>92</u>	<u>144</u>
	<u>28</u>	<u>293</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(300)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	<u>300</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>300</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas	47	-
Receita bruta de prestação de serviço	41	-
Outras receitas	6	-
Insumos adquiridos de terceiros	(203)	(199)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(203)	(199)
Valor adicionado bruto	(156)	(199)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(156)	(199)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9	27
Valor adicionado total a distribuir	(147)	(172)
Distribuição do valor adicionado	(147)	(172)
Pessoal	158	111
Remuneração direta	158	111
Impostos, taxas e contribuições	17	8
Federais	14	8
Municipais	3	-
Remuneração de capital de terceiros	6	2
Juros	6	2
Remuneração de capitais próprios	(328)	(293)
Prejuízo do exercício	(328)	(293)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. (“Companhia”) anteriormente denominada Gaia Florestal S.A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81 e 82, - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, foi constituída em 02 janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio.

Como estratégia de mercado a Companhia tem se reestruturado desde o último exercício para atuar em sua totalidade da carteira em operações no segmento de securitização com foco em operações de impacto socioambiental.

Considerando esta alternância de direcionamento se fazem passíveis impactos financeiro na Companhia conforme pode-se observar nos números comparativos apresentados, sendo esses efeitos de conhecimento dos acionistas que tem como estratégia a realização de aportes financeiros através de sua controladora sempre que necessário e a absorção dos custos operacionais reduzindo com isso as despesas à reembolsar a Controladora (nota 13) neste início de transição, para assim assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação.

Até 31 de dezembro de 2021 foram emitidos R\$ 73.015 (setenta e três milhões e quinze mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio.

<u>Data</u>	<u>Emissão / Série</u>	<u>Tipo Lastro</u>	<u>Montante total</u>
Fev/2021	29ª/1ª	Pulverizado	50.676
Fev/2021	29ª/2ª	Pulverizado	12.669
Mai/2021	32ª/1ª	Pulverizado	5.000
Out/2021	33ª/1ª	Pulverizado	4.670
			73.015

1.1 Impactos do Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico e, desde então, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações.

Com base em todos os acontecimentos, a administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença na associação e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nessa linha, a Administração estabeleceu um plano de contingência, cujo objetivo é monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da associação. Os quatro pilares são:

- (i) Segurança das pessoas;
- (ii) Continuidade das atividades essenciais;
- (iii) Monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e
- (iv) Preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office para 100% (cem por cento) das áreas da Companhia, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores, redução do ciclo financeiro, preservação do caixa e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da Entidade.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia avaliou suas estimativas de forma a identificar possíveis impactos do COVID-19 nos negócios da Associação, conforme segue:

Redução do valor recuperável (“impairment”)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “impairment” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por “impairment”.

Liquidez

Não houve alteração substancial dos índices de liquidez da Entidade. A administração considera que o capital de giro é suficiente para requisitos atuais.

Valos justo de outros ativos e passivos

No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Entidade. Contudo, alterações incomuns significativas ocorreram no valor dos ativos financeiros em muitos mercados desde o início do surto.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 30 de março de 2022.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

(d) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano.

(e) Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados entre:

(i) Custo amortizado

São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(f) Passivos financeiros não derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “*impairment*”)

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

(h) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

(k) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(l) Apuração do resultado

A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço.

(m) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para o IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>162</u>	<u>47</u>
	<u>162</u>	<u>47</u>

As aplicações financeiras da Companhia são compostas por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% (95% em 2020) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para janeiro de 2025.

4.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado” mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários - Valor justo	-	162	-	-	47	-

4.2 Movimentação das aplicações financeiras

	2021	2020
Saldo inicial	47	541
Aplicação/(resgate)	106	(521)
Receita financeira	9	27
Saldo final	162	47

5 Contas a receber

É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao patrimônio separado.

	2021	2020
Valores a receber CRA (*)	78	70
	78	70

(*) Valores pagos pela Companhia que serão rateados e reembolsados proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

6 Impostos a recuperar

	2021	2020
IRPJ a compensar (a)	16	15
CSLL a compensar (a)	19	19
Outros	13	11
	48	45

(a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social antecipados, que serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Contas a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores nacionais (a)	-	3
Adiantamento de clientes (b)	<u>65</u>	<u>-</u>
	<u>65</u>	<u>3</u>

(a) Refere-se substancialmente a prestações de serviço de terceiros, tais como contabilidade externa, auditoria externa, publicações de balanço entre outros.

(b) Refere-se substancialmente a valores creditados em conta corrente, porém não identificados que provisionamos em caso da necessidade de devolução.

8 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, totalmente subscrito é de R\$ 1.190 (R\$ 890 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.190.148 ações ordinárias nominativas.

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou o capital social por meio de emissão de R\$ 300 em ações ordinárias nominativas, cuja integralização ocorreu em janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social era dividido da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	1.190.147	1.190.147
Outros (a)	<u>0,01%</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Capital subscrito	100%	1.190.148	1.190.148
Capital a integralizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(300.000)</u>
Capital subscrito e integralizado	<u>100%</u>	<u>1.190.148</u>	<u>890.148</u>

(a) Referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

9 Receita líquida de prestação de serviços

A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Bruta de prestação de serviço	41	-
Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS)	(4)	-
Receita líquida de Prestação de Serviço	<u>37</u>	<u>-</u>

10 Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas gerais e administrativas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal	(158)	(111)
Despesas serviços de terceiros	(63)	(64)
Despesa com anúncios e publicações	(58)	(39)
Despesa com associações	(28)	(38)
Despesas com ocupação	(24)	(31)
Despesa com taxas	(19)	(20)
Despesas tributárias	(7)	(8)
Despesas com utilidades e serviços	(5)	-
Perdas com operações	(4)	(7)
Outras	(3)	-
	<u>(369)</u>	<u>(318)</u>

11 Resultado financeiro

A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeira nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontram-se demonstradas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimento aplicações	9	27
Despesas bancárias	(11)	(2)
	<u>(2)</u>	<u>25</u>

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia processos judiciais em que a Companhia era parte envolvida.

13 Partes relacionadas

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2021, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

(b) Transações com partes relacionadas

A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora.

Abaixo os saldos gerados entre as transações de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receita (despesa)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receita (despesa)</u>
Rateio de custos (a)	-	(142)	-	(96)
Contas a pagar (b)	(290)	-	(198)	-
Total líquido	(290)	(142)	(198)	(96)

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRA, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.

(b) refere-se a despesas a serem reembolsadas para a controladora, relativos ao reembolso de despesas incorridas no processo de estruturação de operações;

14 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao presente exercício social de 2021 a remuneração mensal de um salário-mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário.

O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 23 de abril de 2021.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Benefícios aos empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

16 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 162 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras.

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

Risco de liquidez

Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos.

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

17 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2021, se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2021, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 9,25% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 6,94% a.a. 4,63% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Posição em	Fator de risco	Cenário I provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
	dez/21				
Aplicação financeira		CDI	9,25%	6,94%	4,63%
Receita projetada	162	-	15	11	8

18 Demonstrações financeiras - fiduciário

Em 1º de agosto de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a instrução de nº 600 que dispõe sobre o regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's), onde foram criadas regras específicas para as Securitizadoras que emitem este tipo de papel.

Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas com base no artigo 9º da Lei nº 9.514/97 que permite a Emissora a instauração do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos.

Desta forma as demonstrações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia adota a política de contratar, quando necessário, cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía seguros vigentes.

* * *

Presidente e Diretor Financeiro

João Paulo dos Santos Pacífico

Responsável Técnico

Aline Aparecida Lima de Santos
Contador - CRC 1SP301316/O-3